



DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Criada pela Resolução Nº 1090/2013 - Órgão Oficial de Publicação do Poder Legislativo de Sete Lagoas /MG

www.setelagoas.mg.leg.br

ANO III - Nº 413 - 18/08/2016

MESA DIRETORA (2015/2016)

PARLAMENTAR	PARTIDO	CARGO
Pastor Fabrício	PRB	Presidente
Milton Martins	PSC	1º Vice-Presidente
Padré Décio	PP	2º Vice-Presidente
Cláudio Caramelo	PRB	1º Secretário
Gilberto Doceiro	PMDB	2º Secretário

EXPEDIENTE DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO LEGISLATIVO DE SETE LAGOAS

Órgão Oficial da Câmara Municipal de Sete Lagoas, (MG)

Criado pela Resolução nº 1090 de 18 de setembro de 2013.

Edição, impressão e disponibilização:

Secretaria Especial de Comunicação - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Secretaria Executiva - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Procuradoria Geral - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Av. Getúlio Vargas, nº 111 – Centro - Telefone: (31) 3779- 6333

Cópias do Diário do Legislativo podem ser obtidas no portal da Câmara Municipal

Acesso ao Diário Oficial: <http://setelagoas.mg.leg.br> - Autoridade Certificadora SERPRORFB

A Câmara Municipal, por meio da Secretaria Executiva, manterá no saguão da Casa Legislativa, por 30 (trinta) dias, e em arquivo próprio na Secretaria, para consulta, a via impressa do "Diário do Legislativo".

REQUERIMENTO Nº 803/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Os Vereadores subscreventes requerem a instauração de CPI – Comissão Processante de Inquérito, para apuração dos fatos noticiados no Portal G1, no dia 04/08/2016, com o Título: "Documentos põem sob suspeita licitação de transporte em Sete Lagoas", referente a possíveis irregularidades ocasionadas nos processos licitatórios de Transporte Coletivo Público nos anos de 2007 e 2009, ainda que frustrados, bem como se os fatos mencionados na reportagem repercutiram seus efeitos no processo licitatório iniciado em 2015.

Sala das Seções, 08 de agosto de 2016.

JUSTIFICATIVA:

Segunda a reportagem de Nathalia Passarinho e Cíntia Paes, publicadas no G1, em 04/08/2016 06h00 - Atualizado em 04/08/2016 11h06, documentos protocolados entre maio e julho deste ano nas promotorias de Justiça de diferentes municípios, apontam para a existência de um [esquema de fraude em licitações para exploração de serviços de transporte coletivo em pelo menos 19 cidades de sete estados e do Distrito Federal, entre as quais Sete Lagoas.](#)

Conforme troca de e-mails aos quais o G1 teve acesso e investigações de promotores, a Logitrans, empresa da qual o engenheiro Garrone Reck foi sócio, era contratada pelas prefeituras para fazer estudos de logística e projeto básico de mobilidade, enquanto o filho dele, Sacha Reck, advogava para empresas interessadas.

De acordo com as investigações, com apoio de funcionário da prefeitura, Sacha Reck tinha acesso antecipado ao edital e, inclusive, ajudava na elaboração do documento. Os documentos permitem deduzir que o esquema existe, pelo menos, desde 2007 e favoreceu, principalmente, empresas de duas famílias – Constantino e Gulin.

A reportagem trouxe ainda, E-mails obtidos pelo G1 que indicam que Sacha Reck elaborou, em 2007, edital de licitação para transporte alternativo na cidade de Sete Lagoas em conjunto com empresários ligados à empresa Turi, concessionária de transporte público na cidade desde 1991.

Como nova licitação foi realizada em 2015 e, novamente, a Turi, de propriedade da família Constantino, venceu a concorrência e poderá operar por mais 15 anos. Logo, embora em 2007 e 2009 não tenham sido consubstanciados os processos licitatórios é necessário averiguar se os fatos noticiados na reportagem ocorreram, se houve danos ao erário público e, principalmente se tais fatos repercutiram no processo licitatório de 2015 de forma que tenhamos transparência sobre o ocorrido.

Sala das Seções, 08 de agosto de 2016.